



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

001. PROVA OBJETIVA

PROCURADOR JURÍDICO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 70 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 01.** No sistema de controle de constitucionalidade brasileiro, quando ocorre o descumprimento de regras de competência previstas na Constituição Federal por um ato normativo, diz-se que é um tipo de inconstitucionalidade
- (A) material objetiva.
 - (B) formal orgânica.
 - (C) formal subjetiva.
 - (D) por descumprimento de pressupostos objetivos.
 - (E) material subjetiva.
- 02.** A Câmara de Vereadores de um Município aprovou lei, de iniciativa parlamentar, que prevê a obrigatoriedade de instalação de câmeras de segurança em escolas públicas municipais e cercanias, com o objetivo de proporcionar maior segurança aos alunos da rede pública. Nessa situação hipotética e considerando o regime jurídico-constitucional do processo legislativo, bem como o entendimento do STF sobre a matéria, é correto afirmar que a referida lei municipal
- (A) usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo ao criar despesa para a Administração.
 - (B) viola a Constituição por tratar de matéria de competência da União.
 - (C) viola a Constituição por tratar de matéria de competência do Estado.
 - (D) é material e formalmente constitucional, ainda que crie despesa para a Administração.
 - (E) é formal e materialmente inconstitucional.
- 03.** Suponha que o Município esteja sendo demandado numa ação judicial, e o juiz do processo tenha determinado a penhora de rendas do Município. Dez dias depois de receber a intimação da decisão, o Procurador do Município impetra mandado de segurança para tentar reverter a referida decisão. Considerando a legislação pátria que rege esse remédio constitucional, é correto afirmar que a conduta do Procurador Municipal foi
- (A) adequada, uma vez que é cabível o *writ* em face de uma decisão ilegal.
 - (B) inadequada, tendo em vista que não cabe mandado de segurança contra ato judicial.
 - (C) inadequada, pois não cabe o *writ* contra decisão da qual caiba recurso com efeito suspensivo.
 - (D) adequada, desde que comprove a existência de direito líquido e certo e faça constar pedido de efeito suspensivo.
 - (E) adequada, salvo se o processo estiver tramitando no Juizado Especial, no qual não cabe mandado de segurança.
- 04.** No tocante à associação profissional e sindical, considerando o disposto na Constituição Federal, o STF entende que a compulsoriedade do recolhimento da contribuição sindical pelos servidores públicos civis para os respectivos sindicatos
- (A) é inconstitucional, sendo vedada implicitamente pela Carta Magna.
 - (B) é constitucional, mas dependente de lei, tendo em vista que se fundamenta em norma de eficácia limitada.
 - (C) tem fundamento constitucional, com base em norma de eficácia contida.
 - (D) é inconstitucional, por violar norma constitucional de eficácia limitada.
 - (E) é autorizada pela Constituição de 1988, fundamentada em norma de eficácia plena.
- 05.** Assinale a alternativa correta a respeito da criação, da incorporação, da fusão e do desmembramento de municípios no direito brasileiro.
- (A) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento far-se-ão por lei complementar federal, dentro do período determinado por lei estadual.
 - (B) Além da criação por meio de lei, ela dependerá de estudo de viabilidade municipal e referendo com a população envolvida.
 - (C) Não havendo lei estadual ou lei federal disciplinando a matéria, o Município terá competência plena para o seu desmembramento.
 - (D) As hipóteses de criação, incorporação, fusão e desmembramento demandam lei estadual que proporá o respectivo estudo de viabilidade.
 - (E) A Constituição Federal condiciona a criação de novos municípios à aprovação de lei federal complementar autorizativa pelo Congresso Nacional.
- 06.** Assinale a alternativa que corretamente contempla uma hipótese em que o Presidente da República está obrigado a decretar a intervenção federal, sob pena de responsabilização, não havendo conveniência e oportunidade na decretação.
- (A) Para garantir o livre exercício do Poder legislativo.
 - (B) Quando solicitado pelo Poder Executivo coacto.
 - (C) Quando houver solicitação para garantia de pagamento de precatório.
 - (D) Para atender requisição do STF a fim de prover a execução de lei federal.
 - (E) Com o objetivo de pôr termo a grave comprometimento da ordem pública.

- 07.** Tendo em vista o disposto na Constituição Federal acerca das reuniões das Casas Legislativas, é correto afirmar que
- (A) a convocação extraordinária poderá ser feita, entre outros, pelos presidentes das Casas legislativas, em caso de urgência ou interesse público relevante e sempre com a aprovação da maioria absoluta de cada uma das Casas do Congresso Nacional.
 - (B) a sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e da apreciação e votação dos projetos de lei para os quais o Presidente da República tenha solicitado regime de urgência.
 - (C) além de outros casos previstos na Constituição Federal, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal reunir-se-ão em sessão conjunta para aprovar a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato.
 - (D) na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado, sendo permitido o pagamento de parcela indenizatória, em razão da convocação, que não excederá um terço dos subsídios do parlamentar.
 - (E) na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado, sendo vedada a apreciação de medidas provisórias em vigor na data de convocação extraordinária.
- 08.** Assinale a alternativa correta a respeito das imunidades parlamentares.
- (A) A imunidade não protege o parlamentar em suas manifestações de opinião por meio de entrevistas jornalísticas e redes sociais, ainda que digam respeito às suas funções.
 - (B) Há manifestações do parlamentar que podem estar protegidas pela imunidade material, no âmbito criminal, mas podem ensejar perda de mandato por quebra de decoro.
 - (C) Os parlamentares gozam da imunidade formal a partir do momento da sua posse, impedindo a sua prisão fora dos casos constitucionalmente admitidos.
 - (D) A imunidade impede a prisão processual do parlamentar, admitindo a Constituição, todavia, a sua prisão por condenação criminal transitada em julgado.
 - (E) A condenação criminal do parlamentar, transitada em julgado, enseja a perda automática do seu mandato.
- 09.** A respeito das competências privativas do Chefe do Poder Executivo Federal, previstas na Constituição Federal, é correto afirmar que
- (A) as competências privativas elencadas na Constituição Federal são taxativas.
 - (B) essas competências são indelegáveis.
 - (C) essas competências são apenas parcialmente delegáveis.
 - (D) são efetivadas por meio de decreto aquelas que criam e extinguem cargos públicos.
 - (E) fazem parte delas os provimentos de cargos públicos por meio de decreto.
- 10.** Norman é brasileiro naturalizado e cometeu um crime político no Brasil, e Sherman, que é estrangeiro, residente no Brasil, cometeu um crime de tráfico ilícito de drogas em seu país. Assim, nessa situação hipotética, considerando apenas as normas constitucionais sobre extradição, é correto afirmar que Norman
- (A) não poderá ser extraditado, não importando se o crime foi cometido antes ou depois da naturalização, e Sherman poderá ser extraditado.
 - (B) poderá ser extraditado, não importando se o crime foi cometido antes ou depois da naturalização, e Sherman poderá ser extraditado.
 - (C) poderá ser extraditado, não importando se o crime foi cometido antes ou depois da naturalização, e Sherman não poderá ser extraditado.
 - (D) somente poderá ser extraditado se o crime foi cometido antes da sua naturalização, e Sherman poderá ser extraditado.
 - (E) somente poderá ser extraditado se o crime foi cometido depois da sua naturalização, e Sherman não poderá ser extraditado.
- 11.** Segundo entendimento sumulado do STF, a intervenção estadual nos Municípios possui natureza
- (A) político-administrativa e pode ser objeto de recurso extraordinário.
 - (B) jurisdicional e não pode ser objeto de recurso extraordinário.
 - (C) jurisdicional e pode ser objeto de recurso extraordinário.
 - (D) político-administrativa e não pode ser objeto de recurso extraordinário.
 - (E) político-jurisdicional e pode ser objeto de recurso extraordinário quando a decisão afetar a autonomia municipal.

12. A respeito da delegação do poder de polícia, é correto afirmar que

- (A) não pode ser delegado a terceiros, nem mesmo por meio de lei, tendo em vista que esse poder é típico do Estado e deve ser exercido por órgãos integrantes da Administração Direta.
- (B) pode ser delegado por lei a pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, ainda que estas não façam parte da Administração Pública e prestem serviço público em regime concorrencial.
- (C) pode ser delegado por lei a pessoas jurídicas de direito privado, integrantes da Administração Pública Indireta, de capital majoritariamente público, que prestem serviço público próprio do Estado e não concorrencial.
- (D) pode ser delegado a pessoas jurídicas de direito privado, por meio de decreto, desde que integrantes da Administração Pública Indireta, para atos de qualquer natureza, desde que prestem serviço público próprio do Estado.
- (E) pode ser delegado a pessoas jurídicas de direito privado, por meio de lei, desde que integrantes da Administração Pública Indireta, para todos os tipos de atos, ainda que não tenham capital social majoritariamente público.

13. Considerando o conceito de serviço público, entre as suas diversas classificações, encontram-se os serviços *uti singuli e uti universi*.

Assinale a alternativa que, correta e respectivamente, contempla um exemplo de cada um deles.

- (A) Saneamento básico e telefonia.
- (B) Diplomático e fornecimento de gás.
- (C) Pavimentação de ruas e energia elétrica.
- (D) Transporte público e iluminação pública.
- (E) Telefonia e ensino.

14. Nos termos da Lei nº 11.107/2005, suponha que um consórcio público pretenda se extinguir. Nessa hipótese, a referida Lei estabelece que a extinção do respectivo contrato

- (A) dependerá de instrumento aprovado pela assembleia geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados.
- (B) deverá ser efetivada por meio de lei específica de cada ente consorciado, que será posteriormente ratificada pela assembleia geral.
- (C) ocorrerá apenas ao final do prazo contratual, salvo se todos os consorciados assinarem o respectivo distrato, sendo dispensada aprovação da assembleia geral.
- (D) ocorrerá apenas ao final do prazo contratual, salvo se todos os consorciados assinarem o respectivo distrato, que será submetido à aprovação da assembleia geral.
- (E) se dará mediante simples comunicação conjunta de todos entes consorciados à assembleia geral, que homologará a extinção.

15. Segundo o disposto na Lei das Agências Reguladoras (Lei nº 13.848/2019), na hipótese de uma agência reguladora, no exercício de suas atribuições, tomar conhecimento de um fato que possa configurar infração à ordem econômica, deverá

- (A) instaurar procedimento investigatório interno, para a devida apuração dos fatos e aplicação das penalidades cabíveis.
- (B) coletar as provas e documentos que possam ser relevantes para a apuração da infração e comunicar o Ministério Público.
- (C) comunicá-lo imediatamente aos órgãos de defesa da concorrência para que esses adotem as providências cabíveis.
- (D) requisitar a instauração de inquérito policial, para as devidas providências.
- (E) aplicar multa ao infrator e comunicar o órgão de defesa do consumidor competente para as providências cabíveis.

16. Considerando o que estabelece a Lei Federal nº 9.637/98, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, assinale a alternativa correta a respeito do fomento às atividades sociais.
- (A) Às organizações sociais poderão ser destinados recursos orçamentários necessários ao cumprimento do contrato de gestão, sendo vedada a cessão de bens públicos.
 - (B) É vedada a adição de parcela de recursos, como créditos orçamentários destinados ao custeio do contrato de gestão, para compensar desligamento de servidor cedido ao consórcio.
 - (C) São asseguradas às organizações sociais as respectivas liberações financeiras, em parcelas mensais, por autorização expressa do gestor do contrato.
 - (D) As entidades qualificadas como organizações sociais são declaradas como entidades de interesse social e utilidade pública, desde que atuem na área de educação ou saúde.
 - (E) É facultado ao Poder Executivo a cessão especial de servidor para as organizações sociais, com ônus para a origem.
17. Uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que estabeleceu regularmente uma parceria com o Município, pretende utilizar recursos provenientes do Termo de Parceria para adquirir bem imóvel para a execução das suas atividades objeto da parceria. Nessa situação hipotética, a Lei Federal nº 9.790/99 dispõe que a organização
- (A) não poderá adquirir bem imóvel por expressa vedação legal.
 - (B) poderá adquirir o bem, que ficará livre de qualquer ônus.
 - (C) poderá adquirir o bem somente em sociedade com o Município.
 - (D) poderá adquirir o bem, e este será considerado impenhorável pela lei.
 - (E) poderá adquirir o bem, mas este será gravado com cláusula de inalienabilidade.
18. A Lei Federal nº 13.019/14 instituiu o Procedimento de Manifestação de Interesse Social como instrumento por meio do qual as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos poderão apresentar propostas ao poder público para que este, objetivando a celebração de parceria, avalie a possibilidade de realização de um
- (A) Convite.
 - (B) Chamamento Público.
 - (C) Termo de Cooperação.
 - (D) Diálogo Competitivo.
 - (E) Tomada de Preços.
19. Siomara havia sido contratada no ano de 1980 pela Administração como servidora municipal, sem concurso público, e, recentemente, atingiu os requisitos necessários para a aposentadoria. Nessa situação hipotética e, tendo em vista o disposto na Constituição Federal e o entendimento do STF, é correto afirmar que Siomara
- (A) adquiriu a estabilidade no serviço público, e terá direito à aposentadoria pelo Regime Próprio da Previdência Social.
 - (B) não adquiriu estabilidade, mas terá o direito à aposentadoria pelo Regime Próprio da Previdência Social.
 - (C) adquiriu a estabilidade no serviço público, e terá direito à aposentadoria pelo Regime Geral da Previdência Social.
 - (D) não adquiriu a estabilidade no serviço público, mas terá direito à aposentadoria pelo Regime Geral da Previdência Social.
 - (E) adquiriu a estabilidade no serviço público e poderá continuar trabalhando, com direito ao abono de permanência.
20. Assinale a alternativa correta a respeito das provas no processo administrativo, segundo o disposto na Lei Federal nº 9.784/99.
- (A) Cabe ao interessado a prova dos fatos que tenha alegado, todavia, em se tratando de direito indisponível, haverá inversão do ônus da prova, cabendo à Administração o dever de afastar a presunção de veracidade dos fatos.
 - (B) Somente poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelos interessados quando sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.
 - (C) Quando o interessado declarar que fatos e dados estão registrados em documentos existentes na própria Administração responsável pelo processo, o órgão público deverá confirmar e reproduzir as informações por certidão no processo.
 - (D) O interessado poderá, na fase instrutória e antes do trânsito em julgado da decisão, juntar documentos e pareceres, requerer diligências, salvo perícias, bem como aduzir alegações referentes à matéria objeto do processo.
 - (E) Se um parecer obrigatório e vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo terá seguimento sem a respectiva apresentação, mas haverá responsabilização de quem deu causa à omissão.

21. A Lei nº 12.846/2013, que disciplina a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, estabelece expressamente algumas sanções na esfera administrativa que serão aplicadas às pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos previstos na Lei. E, nesse sentido, é correto afirmar que deve ser levado em consideração, na aplicação das sanções, entre outros elementos:

- (A) a situação econômica do infrator.
- (B) a idade e a capacidade de compreensão do infrator.
- (C) eventual antecedente criminal do autor da infração.
- (D) o eventual arrependimento do infrator.
- (E) o grau de culpabilidade do infrator.

22. Suponha que o Município pretenda desapropriar um imóvel comercial de propriedade de Adilson, para fins de utilidade pública, mas quem explora o comércio no imóvel expropriando é Luíza, que aluga o imóvel de Adilson. Nessa situação hipotética, considerando o regime jurídico da desapropriação, é correto afirmar que o Município

- (A) ficará obrigado a indenizar Adilson na ação expropriatória pelo valor do imóvel, bem como do valor do fundo de comércio.
- (B) deverá indenizar apenas Adilson pelo valor do imóvel e por lucros cessantes, mas o fundo de comércio não será indenizável.
- (C) ficará obrigado a indenizar Adilson pelo valor do imóvel e pelos lucros cessantes, mas o fundo de comércio deverá ser indenizado em ação própria movida por Luíza.
- (D) deverá indenizar Adilson pelo valor do imóvel, mas não caberá indenização pelo fundo de comércio nem por lucros cessantes.
- (E) ficará obrigado a indenizar Adilson pelo valor do imóvel, mas os seus lucros cessantes e o fundo de comércio de Luíza devem ser postulados por ações próprias.

23. No caso de um réu ter sido condenado a ressarcir os cofres públicos por meio de sentença definitiva numa ação de improbidade administrativa, e o réu postular o pagamento do débito em parcelas mensais corrigidas monetariamente, a Lei nº 8.429/92 dispõe que, nessa situação, o juiz

- (A) não poderá autorizar o parcelamento, por expressa vedação legal.
- (B) poderá autorizar o parcelamento, em até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, se o réu demonstrar incapacidade financeira de saldá-lo de imediato.
- (C) poderá autorizar o parcelamento, em até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, independentemente da condição financeira do réu.
- (D) poderá autorizar o parcelamento, em até 60 (sessenta) parcelas mensais, independentemente da condição financeira do réu.
- (E) poderá autorizar o parcelamento, em até 60 (sessenta) parcelas mensais, desde que o réu seja beneficiário da justiça gratuita.

DIREITO CIVIL

24. A afirmação de que, para ter início a personalidade, exige-se o nascimento com vida, sendo ressalvados, contudo, os direitos patrimoniais do nascituro antes da concepção, refere-se, de acordo com o atual posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, à teoria

- (A) concepcionista.
- (B) natalista.
- (C) personalidade condicional.
- (D) pura.
- (E) moderada.

25. Acerca do domicílio, assinale a alternativa correta.

- (A) Muda-se o domicílio transferindo a residência, ainda que não haja a intenção manifesta de o mudar.
- (B) Quanto ao número, o domicílio pode ser único ou plúrimo.
- (C) Quanto à existência, o domicílio deve ser real, não podendo ser presumido.
- (D) O domicílio voluntário pode ser geral ou especial, sendo que o geral é o foro de eleição e o especial aquele escolhido livremente pela pessoa.
- (E) O domicílio da pessoa jurídica é domicílio geral, ou seja, o lugar onde funcionarem as respectivas diretorias e administrações.

- 26.** Assinale a alternativa que apresenta exemplos de bens incorpóreos e corpóreos respectivamente.
- (A) Ações e semoventes.
 - (B) Semoventes e imóveis.
 - (C) Obras de arte e direitos de propriedade intelectual.
 - (D) Patente e direitos de crédito.
 - (E) Fotografias e direitos da personalidade.
- 27.** Acerca dos defeitos do negócio jurídico, assinale a alternativa correta.
- (A) Para ser caracterizado, o erro deve ser escusável, uma vez que se adota o princípio da confiança.
 - (B) A lesão exige o dolo de aproveitamento.
 - (C) Sendo a simulação causa de nulidade do negócio jurídico, sua alegação prescinde de ação própria.
 - (D) Toda simulação, exceto a inocente, é invalidante.
 - (E) Presume-se a inexperiência do lesado quando houver a desproporção manifesta entre as prestações assumidas pelas partes.
- 28.** Júlio, que possuía uma dívida no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) com Enrico, celebrou um contrato de compra e venda de um imóvel com Lívia. No referido contrato, Lívia assumiu a obrigação de Júlio de pagar a dívida de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a Enrico.
- Diante dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.
- (A) Não é necessário o consentimento expresso de Enrico.
 - (B) Qualquer das partes pode assinar prazo para que Enrico consinta na assunção da dívida, interpretando-se o seu silêncio como aceitação.
 - (C) Lívia não pode opor a Enrico as exceções pessoais que competiam a Júlio.
 - (D) Se a substituição do devedor vier a ser anulada, restaura-se o débito, com todas as suas garantias, inclusive aquelas prestadas por terceiros.
 - (E) Consideram-se extintas, a partir da assunção da dívida, as garantias especiais dadas por Júlio a Enrico, ainda que haja assentimento expresso de Júlio.
- 29.** Marcos, proprietário de um imóvel situado na zona rural do município de Marília, com a intenção de não mais o conservar em seu patrimônio após sofrer com diversos problemas, decide abandonar o imóvel. Diante dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.
- (A) Trata-se de hipótese de renúncia do imóvel.
 - (B) Os efeitos da perda da propriedade imóvel serão subordinados ao registro do título transmissivo ou do ato renunciativo no Registro de Imóveis.
 - (C) O imóvel de Marcos poderá ser arrecadado pelo Poder Público, como bem vago, ainda que outrem esteja na posse do imóvel.
 - (D) O imóvel poderá ser arrecadado como bem vago e passar, três anos depois, à propriedade do Município de Marília.
 - (E) Há presunção absoluta da intenção de abandono do imóvel, quando, cessados os atos de posse, deixar Marcos de satisfazer os ônus fiscais.
- 30.** Mauro emprestou seu carro a Cida pelo prazo de 6 (seis) meses. Durante esse prazo, houve uma forte chuva que inundou a casa de Cida, que, desesperada, salvou sua moto e depois tentou, sem sucesso, salvar o carro de Mauro. Diante dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.
- (A) Por se tratar de uma hipótese de mútuo, Cida é obrigada a restituir a Mauro um carro do mesmo gênero e qualidade.
 - (B) Cida responderá pelo dano ocorrido, ainda que se possa atribuir a caso fortuito ou força maior.
 - (C) Para que se caracterizasse o comodato, era necessário um contrato escrito, uma vez que a tradição do objeto se perfaz com o consentimento por escrito das partes.
 - (D) Cida é obrigada a conservar o carro de Mauro como se próprio fosse, não podendo usá-lo, senão de acordo com o contrato, sob pena de extinção do comodato.
 - (E) Cida poderá recobrar de Mauro as despesas feitas com o uso e gozo do carro emprestado.
- 31.** O credor que demandar o devedor antes de vencida a dívida, fora dos casos em que a lei o permita,
- (A) ficará obrigado a esperar o dobro do tempo que faltava para o vencimento para que ocorra o recebimento da dívida.
 - (B) poderá descontar metade dos juros correspondentes estipulados pelas partes.
 - (C) deverá pagar indenização por danos morais, ainda que não haja má-fé do credor.
 - (D) está realizando cobrança excessiva, que, se for de boa-fé, não obriga ao pagamento em dobro.
 - (E) fica obrigado a indenizar em dobro, desde que o credor proponha ação autônoma, não sendo possível apresentar tais alegações em contestação ou reconvenção.

32. É exemplo de fonte:

- (A) material em sentido estrito o Código de Processo Civil.
- (B) material em sentido amplo a Lei do Juizado Especial da Fazenda Pública.
- (C) secundária a Constituição Federal.
- (D) formal estatal legislativa as convenções internacionais.
- (E) formal não estatal os negócios jurídicos.

33. O erro de forma do processo acarreta

- (A) unicamente a anulação dos atos que não possam ser aproveitados, devendo ser praticados os que forem necessários a fim de se observarem as prescrições legais.
- (B) a nulidade dos atos que não possam ser aproveitados e de todos os subsequentes ainda que dele dependam.
- (C) a anulação de todos os atos do processo, podendo o ato ser repetido, ainda que não haja prejuízo da parte.
- (D) a nulidade de todos os atos do processo.
- (E) o aproveitamento dos atos praticados, desde que não resulte prejuízo à defesa apenas da parte que o praticou.

34. Acerca das tutelas provisórias, é correto afirmar:

- (A) a tutela provisória conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo, salvo decisão judicial em contrário.
- (B) caso entenda que não há elementos para a concessão de tutela antecipada, o órgão jurisdicional determinará a emenda da petição inicial em até 5 (cinco) dias, sob pena de ser indeferida e de o processo ser extinto com resolução de mérito.
- (C) quando requerida em caráter incidental, depende do prévio pagamento de custas.
- (D) no julgamento da tutela provisória, por ser uma decisão de cognição sumária, não é necessário que o juiz motive seu convencimento de modo claro e preciso.
- (E) considerando o caráter temporário da decisão da concessão da tutela de urgência, não se exigirá caução.

35. Acerca da produção antecipada da prova, assinale a alternativa correta.

- (A) Os interessados poderão requerer a produção de qualquer prova no mesmo procedimento, desde que relacionada ao mesmo fato, ainda que a sua produção conjunta acarrete excessiva demora.
- (B) Contra decisão que indeferir totalmente a produção da prova pleiteada pelo requerente originário, admite-se defesa ou recurso.
- (C) A produção antecipada da prova previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta.
- (D) Os autos da produção antecipada da prova permanecerão em cartório durante todo o prazo de duração do processo principal para extração de cópias e certidões pelos interessados.
- (E) A produção antecipada da prova é da competência do juízo do foro onde esta deva ser produzida ou do foro de domicílio do autor.

36. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito, senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença que julgar

- (A) totalmente improcedente os embargos à execução fiscal.
- (B) ação de obrigação de fazer com fundamento em súmula de tribunal superior.
- (C) ação de indenização com fundamento em acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos.
- (D) ação de reparação de danos em desacordo com o entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência.
- (E) ação de obrigação de não fazer baseada em entendimento coincidente com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa.

37. A Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, podendo arguir:

- (A) falta ou nulidade da citação, mesmo que, na fase de conhecimento, o processo não tenha corrido à revelia.
- (B) incompetência, desde que relativa do juízo da execução.
- (C) incompetência, desde que absoluta do juízo da execução.
- (D) qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, como: pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que ocorridas antes do trânsito em julgado da sentença.
- (E) inexecuibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação.

38. Joaquim, residente na cidade de Montes Verdes, e Clarissa, residente na cidade de Montes Claros, celebraram um contrato de compra e venda de um imóvel na cidade de Montes Claros, no valor de R\$ 100.000,00. O pagamento do imóvel foi acordado em duas parcelas, sendo a primeira parcela no valor de R\$ 50.000,00 no ato da assinatura do contrato e a segunda parcela no valor de R\$ 50.000,00 passados 30 dias do pagamento da primeira parcela. Joaquim realizou o pagamento da primeira parcela no ato da assinatura do contrato, na comarca de Montes Claros, local previsto para o pagamento no contrato assinado pelas partes. No entanto, no prazo de 30 dias para pagamento da segunda parcela, Joaquim procurou Clarissa para realizar o pagamento, mas esta recusou-se a receber o valor, alegando que Joaquim deveria pagar um adicional de R\$ 10.000,00, totalizando R\$ 60.000,00. Joaquim discordou da exigência de Clarissa, alegando que o valor acordado no contrato era de R\$ 50.000,00. Diante da recusa de Clarissa em receber o valor, Joaquim ajuizou uma ação de consignação em pagamento, depositando o valor de R\$ 50.000,00 em juízo. Acerca dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) O valor deve ser depositado em estabelecimento bancário situado na cidade de Montes Verdes, cientificando-se o Joaquim por carta com aviso de recebimento, assinado o prazo de 10 (dez) dias para a manifestação de recusa por parte de Clarissa.
- (B) A consignação deverá ser requerida na cidade de Montes Claros, cessando para o Joaquim, à data do depósito, os juros e os riscos, independentemente do resultado do julgamento da demanda.
- (C) Joaquim deverá requerer, além da citação de Clarissa, para levantar o depósito ou oferecer contestação, o depósito da quantia devida, a ser efetivado no prazo de 5 (cinco) dias contados do deferimento.
- (D) Na contestação, Clarissa poderá alegar, independentemente de provas e sem especificação, que o depósito não é integral.
- (E) Se Clarissa alegar a insuficiência do depósito, é lícito a Joaquim completá-lo, em 15 (quinze) dias.

39. O Princípio do Orçamento Bruto, previsto na Lei nº 4.320/1964, norteia que

- (A) todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.
- (B) a previsão de receitas e a fixação de despesas deverão ser delimitadas ao exercício financeiro, que coincidirá com o ano civil.
- (C) a Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.
- (D) a Lei de Orçamento não consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras.
- (E) o conteúdo orçamentário deve ser divulgado nos veículos oficiais de comunicação para conhecimento do público e para eficácia de sua validade.

40. No ano de 2022, ocorreu um desmoronamento em várias encostas no Município de Brumas, gerando a publicação de decreto pelo chefe do Poder Executivo para atender ao estado de calamidade pública, com autorizações de despesa de caráter urgente e imprevisto, não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei do Orçamento Anual.

Considerando o caso concreto, conforme Lei nº 4.320/1964, esses créditos são

- (A) adicionais extraordinários. Tais créditos podem ser abertos por decreto executivo, mas devem ser autorizados por lei.
- (B) adicionais suplementares. Tais créditos serão abertos por decreto do Poder Executivo, que deles dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo.
- (C) adicionais especiais. Tais créditos serão abertos por decreto do Poder Executivo, que deles dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo.
- (D) adicionais suplementares. Tais créditos podem ser abertos por decreto executivo, mas devem ser autorizados por lei.
- (E) adicionais extraordinários. Tais créditos serão abertos por decreto do Poder Executivo, que deles dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo.

41. O Município de Itabuaba tem, como sua principal fonte de recursos orçamentários, os valores recebidos pelo pagamento de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN pelos contribuintes.

Segundo as disposições da Lei nº 4.320/64, essa receita é classificada como

- (A) receita de serviços.
- (B) receitas correntes.
- (C) receitas de capital.
- (D) receita patrimonial.
- (E) receita proveniente de recursos financeiros.

42. O chefe do Poder Executivo do Município de Pilar do Sul encaminhou ao Poder Legislativo do Município um projeto de lei para transferências de dotações destinadas a cobrir despesas da Associação Educacional de Pais e Amigos de Crianças Excepcionais, entidade privada de caráter assistencial sem finalidade lucrativa.

Essa iniciativa é válida desde que

- (A) corresponda à comprovada contraprestação direta em bens ou serviços. A dotação será considerada como subvenção social e classificada como transferências de capital, à luz da Lei nº 4.320/64.
- (B) corresponda à comprovada contraprestação direta em bens ou serviços. A dotação será considerada como subvenção econômica e classificada como transferências correntes, à luz da Lei nº 4.320/64.
- (C) não corresponda a contraprestação direta em bens ou serviços. A dotação será considerada como subvenção social e classificada como transferências de capital, à luz da Lei nº 4.320/64.
- (D) não corresponda a contraprestação direta em bens ou serviços. A dotação será considerada como subvenção social e classificada como transferências correntes, à luz da Lei nº 4.320/64.
- (E) não corresponda a contraprestação direta em bens ou serviços. A dotação será considerada como subvenção econômica e classificada como transferências de capital, à luz da Lei nº 4.320/64.

43. À luz das disposições constitucionais e da Lei Complementar nº 101/2000, a despesa total com pessoal do Município não poderá ultrapassar

- (A) 50% da receita corrente total.
- (B) 60% da receita corrente líquida.
- (C) 70% da receita de corrente líquida.
- (D) 60% da receita corrente total.
- (E) 50% da receita corrente líquida.

44. Observe o seguinte texto: “É o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.”

Assinale a alternativa que corresponda corretamente ao conceito apresentado, conforme a Lei Complementar nº 101/2000.

- (A) Dívida pública consolidada ou fundada.
- (B) Dívida pública mobiliária.
- (C) Dívida financeira.
- (D) Dívida de capital.
- (E) Dívida pública amortizada.

DIREITO TRIBUTÁRIO

45. João, em 11 de fevereiro de 2019, efetuou o pagamento de determinado tributo no valor de R\$ 3.000, que, posteriormente, entendeu como sendo indevido. Em 1º de março de 2019, ingressou com pedido administrativo objetivando a restituição do valor pago, cuja decisão denegatória irreformável deu-se na data de 10 de maio do mesmo ano. Inconformado, João ingressou com ação de repetição de indébito em 7 de junho de 2019, tendo a decisão que lhe foi favorável transitado em julgado na data de 1º de dezembro de 2023.

Considerando a situação hipotética, é correto afirmar que a quantia a ser repetida em favor de João deverá ser acrescida de juros e correção monetária, respectivamente, a partir de

- (A) 11 de fevereiro de 2019 e 10 de maio de 2019.
- (B) 1º de março de 2019 e 10 de maio de 2019.
- (C) 1º de março de 2019 e 7 de junho de 2019.
- (D) 7 de junho de 2019 e 1º de dezembro de 2023.
- (E) 1º de dezembro de 2023 e 11 de fevereiro de 2019.

46. O ouro, quando definido como ativo financeiro ou instrumento cambial, é sujeito à tributação exclusiva do Imposto sobre Operações Financeiras – IOF que será devido na operação de origem e cuja alíquota mínima será de 1%. Observados os critérios estabelecidos pela Constituição Federal, é assegurada aos municípios a transferência do produto da arrecadação do imposto no percentual de:
- (A) 22,5%
 - (B) 27,5%
 - (C) 50%
 - (D) 70%
 - (E) 75%
47. Dona Abigail é devedora de certo crédito tributário que, embora sendo de valor irrisório, não conseguiu saldar. Na hipótese, considerando a existência de lei autorizativa, a autoridade administrativa poderá, por despacho fundamentado, conceder à dona Abigail, a fim de atender à diminuta importância do crédito correspondente,
- (A) anistia.
 - (B) remissão.
 - (C) moratória.
 - (D) transação.
 - (E) parcelamento.
48. Assinale a alternativa da qual consta corretamente um dos recursos possíveis a ser interposto contra sentença de primeira instância proferida em sede de execução fiscal cujo valor exequendo é de R\$ 300,00 (trezentos reais).
- (A) Embargos infringentes.
 - (B) Embargos de divergência.
 - (C) Recurso ordinário.
 - (D) Agravo de instrumento.
 - (E) Agravo interno.
49. Uma das possibilidades nas quais o procedimento cautelar fiscal poderá ser instaurado previamente à constituição do crédito tributário ocorre quando o devedor
- (A) caindo em insolvência, aliena ou tenta alienar bens.
 - (B) contrai ou tenta contrair dívidas que comprometam a liquidez do seu patrimônio.
 - (C) aliena bens ou direitos sem proceder à devida comunicação ao órgão da Fazenda Pública competente, quando exigível em virtude de lei.
 - (D) tem sua inscrição no cadastro de contribuintes declarada inapta, pelo órgão fazendário.
 - (E) sem domicílio certo intenta ausentar-se ou alienar bens que possui.
50. No que se refere à responsabilidade por infrações, o Código Tributário Nacional contempla o instituto da denúncia espontânea. A esse respeito, segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que
- (A) resta caracterizada a denominada denúncia espontânea, com a consequente exclusão da multa moratória, nos casos de tributos declarados, ainda que pagos posteriormente pelo contribuinte, desde que o pagamento seja integral.
 - (B) o instituto da denúncia espontânea, conforme assegurado pelo Código Tributário Nacional, é aplicável, inclusive, aos casos de parcelamento de débito tributário.
 - (C) o exercício da denúncia espontânea, observados os pressupostos de admissibilidade previstos pelo Código Tributário Nacional, exclui, em consequência, a multa moratória, não se aplicando à multa punitiva.
 - (D) configura-se a denúncia espontânea no caso do contribuinte, depois de efetuar a declaração parcial do débito tributário, sujeito ao lançamento por homologação e acompanhado do pagamento integral, a retifica, antes de qualquer procedimento da Administração Tributária, noticiando a existência de diferença a maior, cuja quitação se dá concomitantemente.
 - (E) é cabível a aplicação do benefício da denúncia espontânea aos casos de compensação tributária na medida em que, estando sujeita à condição de posterior homologação, equipara-se ao pagamento do crédito correspondente.

51. Determinada entidade religiosa, após adquirir onerosamente um terreno sobre o qual pretende construir um templo, pleiteia administrativamente a imunidade tributária visando a não incidência do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI na referida aquisição. A Fazenda Municipal do local, todavia, entende ser devido o imposto na hipótese.

Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, havendo contestação sobre a utilização de imóveis por entidade beneficiada pela imunidade tributária, é correto afirmar que

- (A) razão assiste à Fazenda Municipal, visto que, sob o argumento da ausência de provas, não é possível presumir a veracidade das simples declarações da entidade religiosa no sentido de que o templo venha realmente a ser construído no futuro.
- (B) razão assiste à Fazenda Municipal, visto que a imunidade da qual goza a entidade religiosa poderá ser pleiteada, após a construção do templo, mas somente em relação ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, sendo, portanto, devido o ITBI na data da aquisição onerosa do bem.
- (C) equivocado é o entendimento da Fazenda Municipal, pois, para fins da não aplicação da imunidade tributária, cabe à própria Fazenda apresentar prova de que o uso do terreno estará desvinculado da finalidade religiosa.
- (D) equivocado é o pleito da entidade religiosa quanto à aplicação da imunidade, no momento da aquisição do terreno, pois, por se tratar de imunidade material, deve pagar o ITBI e pleitear a repetição do valor pago quando da implantação material da finalidade do terreno.
- (E) a Fazenda Municipal deverá conceder à entidade religiosa o prazo que considerar hábil para comprovação da finalidade do terreno, pois, embora a imunidade pleiteada, no caso, tenha caráter objetivo, a presunção de veracidade das declarações da entidade é apenas relativa, podendo a entidade valer-se, para esse fim, da apresentação de projeto arquitetônico, desde que assinado por profissional habilitado.

52. Sendo a medida cautelar fiscal concedida em procedimento preparatório, contados da data em que a exigência se tornar irrecorrível na esfera administrativa, a Fazenda Pública deverá propor a execução judicial da Dívida Ativa no prazo de

- (A) 10 dias.
- (B) 15 dias.
- (C) 30 dias.
- (D) 60 dias.
- (E) 180 dias.

53. Segundo estabelece o Código Tributário Nacional, a legislação tributária que disponha sobre a dispensa do cumprimento de obrigações acessórias é de ser interpretada

- (A) literalmente.
- (B) analogicamente.
- (C) sistemicamente.
- (D) sociologicamente.
- (E) teleologicamente.

54. O tributo que, no âmbito da competência da União, não observa a anterioridade, mas está sujeito a noventena, é o imposto sobre

- (A) Produtos Industrializados – IPI.
- (B) Importação de Produtos Estrangeiros – II.
- (C) Operações Financeiras – IOF.
- (D) Propriedade Territorial Rural – ITR.
- (E) Renda e proventos de qualquer natureza – IR.

55. Adriano foi autuado por ter omitido determinada operação na escrituração fiscal de certo tributo, cuja legislação, na época da prática da infração, previa aplicação de multa de 50% sobre o valor do tributo não declarado. Inconformado, impugnou a autuação, mas não obteve êxito em ambas as instâncias administrativas. No dia seguinte, após a publicação da decisão irreformável, houve alteração na legislação tributária reduzindo para 30% a multa aplicável para o caso de omissões como a que fora praticada por Adriano, que, com base na nova legislação, ainda pretende a redução administrativa da multa.

Considerando a situação hipotética, é certo que Adriano, no âmbito administrativo,

- (A) poderá ingressar com pedido administrativo de reconsideração sob o argumento de aplicação retroativa da legislação que impõe penalidade menos severa.
- (B) terá direito a pagar administrativamente a multa no percentual de 30% sob o argumento da interpretação da legislação mais benéfica.
- (C) terá de efetuar o pagamento da multa devida no percentual de 50% porque nesse âmbito a nova legislação a ele não mais se aplica.
- (D) poderá pleitear a exclusão da multa, desde que demonstre que a infração foi cometida em razão de omissão da legislação anterior e que a nova legislação, sendo interpretativa, deve ser aplicada retroativamente.
- (E) terá direito líquido e certo à reanálise da impugnação porque a nova legislação, nos termos do Código Tributário Nacional, é, cumulativamente, de aplicação retroativa e de interpretação mais benéfica ao infrator.

56. De acordo com a classificação doutrinária, aquele que presta serviços a inúmeras empresas, agrupado em entidade de classe por intermédio desta e sem vínculo empregatício, é considerado como trabalhador

- (A) avulso.
- (B) autônomo.
- (C) eventual.
- (D) temporário.
- (E) voluntário.

57. Sobre o contrato de trabalho intermitente, assinale a alternativa correta, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

- (A) Será celebrado de forma verbal ou por escrito e deve conter especificamente o valor da hora de trabalho, que não pode ser inferior ao valor-hora do salário-mínimo ou àquele devido aos demais empregados do estabelecimento que exerçam a mesma função.
- (B) A prestação de serviços, sem subordinação, é contínua e ocorre com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador.
- (C) O empregador convocará, por qualquer meio de comunicação eficaz, para a prestação de serviços, informando qual será a jornada, com, pelo menos, três dias corridos de antecedência. Recebida a convocação, o empregado terá o mesmo prazo para responder ao chamado, presumindo-se, no silêncio, a recusa.
- (D) A recusa da oferta descaracteriza a subordinação para fins do contrato de trabalho intermitente.
- (E) O período de inatividade não será considerado tempo à disposição do empregador, podendo o trabalhador prestar serviços a outros contratantes.

58. Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), assinale a alternativa que trata corretamente sobre a sucessão de empregadores.

- (A) A empresa sucedida responderá subsidiariamente com a sucessora quando ficar comprovada fraude na transferência.
- (B) O sócio retirante responde solidariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato.
- (C) Havendo a sucessão, a responsabilidade legal deverá respeitar a seguinte ordem de preferência: I – a empresa devedora; II – os sócios retirantes; III – os sócios atuais.
- (D) Os direitos oriundos da existência do contrato de trabalho subsistirão em caso de falência, concordata ou dissolução da empresa.
- (E) Caracterizada a sucessão empresarial ou de empregadores prevista na CLT, as obrigações trabalhistas, exceto as contraídas à época em que os empregados trabalhavam para a empresa sucedida, serão de responsabilidade do sucessor.

59. Conforme entendimento de Súmula nº 364 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), assinale a alternativa correta sobre o adicional de periculosidade.

- (A) Terá direito ao adicional em questão o empregado exposto permanentemente ou que, de forma eventual, sujeita-se a condições de risco.
- (B) É válida a cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho fixando o adicional de periculosidade em percentual inferior ao estabelecido em lei e proporcional ao tempo de exposição ao risco.
- (C) Tal adicional constitui medida de higiene, saúde e segurança do trabalho, garantida por norma de ordem pública.
- (D) Terá direito ao adicional em questão o empregado exposto de forma intermitente e eventual que se sujeita a condições de risco.
- (E) Terá direito ao adicional de periculosidade o empregado exposto de forma habitual a condições de risco, ainda que por tempo extremamente reduzido.

60. Dos direitos e garantias sindicais, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), assinale a alternativa correta.

- (A) O empregado eleito para cargo de administração sindical ou representação profissional não perderá o mandato se for transferido para lugar que dificulte o desempenho das suas atribuições sindicais se a transferência for por ele voluntariamente aceita.
- (B) O empregado eleito para cargo de administração sindical ou representação profissional não perderá o mandato se for transferido para lugar que dificulte o desempenho das suas atribuições sindicais se a transferência for por ele solicitada.
- (C) Considera-se de licença não remunerada, salvo assentimento da empresa ou cláusula contratual, o tempo em que o empregado se ausentar do trabalho no desempenho das funções de administração sindical ou representação profissional.
- (D) Não é considerado cargo de direção ou de representação sindical aquele cujo exercício ou cuja indicação decorre de eleição prevista em lei.
- (E) Os empregadores ficam obrigados a descontar da folha de pagamento dos seus empregados, independentemente de autorização, as contribuições devidas ao sindicato, quando por este notificados.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

61. Nos contratos individuais de trabalho, poderá ser pactuada cláusula compromissória de arbitragem se respeitados alguns requisitos. Assim, nos termos da CLT, assinale um dos requisitos legais.

- (A) A remuneração deve ser superior a três vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social.
- (B) A remuneração deve ser superior a duas vezes do salário-mínimo federal.
- (C) A iniciativa deve ser do empregador, mas com a concordância tácita ou expressa do empregado.
- (D) Deve estar previsto por convenção coletiva, independentemente da concordância do empregado.
- (E) Deve ser por iniciativa do empregado ou mediante a sua concordância expressa.

62. Nos termos da CLT, assinale a alternativa correta sobre a competência das Varas do Trabalho.

- (A) A competência é determinada pela localidade onde o empregado prestar serviços, independentemente do local de sua contratação.
- (B) A competência é determinada pela localidade da sede do empregador, ainda que o empregado tenha sido contratado noutra local ou resida em região diversa.
- (C) Em se tratando de empregador que promova realização de atividades fora do lugar do contrato de trabalho, é assegurado ao empregado apresentar reclamação no foro de seu domicílio.
- (D) Quando for parte de dissídio agente ou viajante comercial, a competência será da Junta da localidade em que a empresa tenha filial, independentemente se a esta o empregado esteja subordinado e, na falta, será competente a Junta da celebração do contrato ou da prestação dos serviços.
- (E) Haverá competência jurisdicional brasileira quando um empregado é contratado para prestar serviço no exterior, por uma empresa que tenha sede ou filial no Brasil, independentemente se ele for brasileiro, mas desde que não haja convenção internacional em sentido contrário.

63. Com vistas ao disposto no artigo 855-B da CLT e entendimento sumulado do TST, considera-se que o *jus postulandi* das partes, na Justiça do Trabalho,

- (A) é possível no processo de homologação de acordo extrajudicial.
- (B) limita-se às varas do Trabalho, não alcançando os Tribunais Regionais do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho.
- (C) limita-se às varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho, alcançando ainda a ação rescisória, a ação cautelar e o mandado de segurança.
- (D) é possível no processo de homologação de acordo extrajudicial, mas se uma das partes estiver representada por advogado, este não poderá se tornar procurador comum dos envolvidos.
- (E) limita-se às varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho, não alcançando a ação rescisória, a ação cautelar, o mandado de segurança e os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.

64. Sobre provas no processo do trabalho, conforme entendimento dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta.

- (A) É suspeita a testemunha que estiver litigando ou que já tenha litigado contra o mesmo empregador.
- (B) Para efeito de ação rescisória, considera-se prova nova a cronologicamente existente após o trânsito em julgado da decisão rescindenda, mas ignorada pelo interessado ou de impossível utilização.
- (C) A sentença normativa proferida, ou transitada em julgado, posteriormente, à sentença rescindenda é considerada prova nova apta a viabilizar a desconstituição de julgado.
- (D) A sentença normativa preexistente à sentença rescindenda, mas não exibida no processo principal, em virtude de negligência da parte, quando podia e deveria louvar-se de documento já existente e não ignorado quando emitida a decisão rescindenda, não é considerada prova nova apta a viabilizar a desconstituição de julgado.
- (E) A ação rescisória calcada em violação de lei admite reexame de fatos e provas do processo que originou a decisão rescindenda.

65. No que concerne aos embargos à execução no processo trabalhista, considerando a previsão na CLT, assinale a alternativa correta.

- (A) A matéria de defesa dos embargos será restrita às alegações de cumprimento da decisão ou do acordo e eventual quitação, não cabendo alegar prescrição da dívida.
- (B) Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 8 (oito) dias para apresentar embargos.
- (C) Se na defesa tiverem sido arroladas testemunhas, poderá o Juiz ou o Presidente do Tribunal, caso julgue necessários seus depoimentos, marcar audiência para a produção das provas, a qual deverá realizar-se dentro de 15 (quinze) dias.
- (D) Somente nos embargos à penhora poderá o executado impugnar a sentença de liquidação, cabendo ao exequente igual direito e no mesmo prazo.
- (E) A exigência da garantia ou penhora não se aplica às entidades filantrópicas, mas tão somente àqueles que compõem ou compuseram a diretoria dessas instituições.

66. Considere que João é servidor público do Município de Marília, possuidor de notórios conhecimentos em contabilidade pública, e está recebendo abono de permanência. Recentemente recebeu convite para ocupar um cargo em comissão no âmbito do Estado de São Paulo. Ao saber dessa intenção, um Secretário do Município informa a João que, caso ele se aposente, poderá convidá-lo para ocupar um emprego em comissão em empresa pública municipal.

Diante desse quadro, João possui algumas dúvidas sobre os caminhos que pode seguir, razão pela qual procura o setor de pessoal a que está vinculado, para saber de que modo a decisão que venha a tomar poderá ter impacto na sua condição de segurado perante o Município de Marília.

Com base na Lei Complementar nº 918/2021, o servidor público que atender João poderá informar, de maneira correta, que

- (A) caso ocupe o emprego em comissão e passe a receber aposentadoria pelo Município de Marília, continuará a ser segurado do Município em relação ao emprego.
- (B) em sendo João cedido ao Estado de São Paulo, ainda que sem ônus ao Município, permanecerá vinculado ao RPPS.
- (C) na hipótese de João ser vinculado a uma autarquia municipal e não ao Poder Executivo, a Lei estabelece expressamente que não poderá ser vinculado ao RPPS.
- (D) caso João se aposente no Município de Marília e passe a ocupar o cargo em comissão estadual, permanecerá como segurado do RPPS.
- (E) se João não aceitar nenhum dos cargos e obtiver uma licença para tratar de assuntos particulares, manterá a condição de segurado caso efetue o recolhimento da contribuição previdenciária relativa à sua parte, sendo desnecessário o pagamento da parte que caberia ao Poder Público.

67. A respeito da concessão de serviços públicos, da concessão de uso e do direito real de uso de bens municipais, com base na Lei Orgânica do Município de Marília, assinale a alternativa correta.
- (A) A autorização de concessão de serviços públicos prescinde de autorização do Poder Legislativo, por se tratar de atribuição própria de gestão pública e estar afetada diretamente às funções do Poder Executivo.
 - (B) A aprovação de concessões de direito real de uso depende de aprovação de dois terços dos membros da Câmara, enquanto a alteração de anuência depende da aprovação da maioria absoluta dos membros.
 - (C) O Município poderá retomar os serviços concedidos, desde que executados em desconformidade com o ato ou contrato, bem como aqueles que se revelem insuficientes para o atendimento dos usuários, caso efetue antecipadamente o pagamento de indenização pelos bens reversíveis.
 - (D) O Município, preferencialmente à venda ou doação de seus bens móveis e imóveis, outorgará a concessão de direito real de uso, mediante prévia concorrência pública, dispensando-se a autorização legislativa.
 - (E) A concessão de uso é contrato da Administração, com prazo máximo de dez anos, prorrogável por igual período, remunerado ou gratuito, rescindível segundo as regras aplicáveis aos contratos administrativos em geral.
68. Com relação à base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, o Código Tributário do Município de Marília (Lei Complementar nº 889/19) estabelece que
- (A) se incluem na base de cálculo quaisquer valores percebidos pela prestação do serviço, excetuados os decorrentes de acréscimos contratuais.
 - (B) os valores despendidos direta ou indiretamente, em favor de outros prestadores de serviços, a título de participação, coparticipação ou demais formas da espécie, não constituem parte integrante do preço do serviço.
 - (C) nos serviços contratados em moeda estrangeira, o preço será o valor resultante de sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia do lançamento tributário.
 - (D) o imposto é parte integrante e indissociável do preço do serviço, constituindo o seu destaque nos documentos fiscais, mera indicação para fins de controle e esclarecimento do usuário do serviço.
 - (E) as empresas que mantiverem em seus quadros de funcionários, pessoas com deficiência, assim atestado pela Secretaria Municipal da Saúde, gozarão de desconto no pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, que não poderá ser superior a 10% do imposto apurado mensalmente.
69. Considere que José recentemente tomou posse no cargo de Procurador do Município de Marília e foi lotado em banca responsável pela defesa da Administração em ações promovidas por servidores públicos. No seu primeiro dia de trabalho, recebeu em sua mesa um mandado de citação relativo a uma ação proposta por servidor público em que ele visa discutir a validade de ato administrativo que declarou que a progressão por tempo de serviço aconteceria a cada cinco anos e resultaria no pagamento de um adicional de 5%, a incidir sobre a sua remuneração base. O ato declarou, ainda, que o adicional não se incorporaria aos vencimentos do servidor.
- Com base na situação hipotética e na Lei Complementar nº 922/21, a respeito da Progressão por Tempo de Serviço, José poderá concluir de forma correta que
- (A) dentre outros pontos, o ato administrativo está equivocado na parte em que trata da periodicidade do adicional, pois este será concedido anualmente ao servidor, no percentual de 2%.
 - (B) para elaborar a peça de defesa, deverá solicitar informações ao órgão de pessoal do servidor, para confirmar se o tempo de serviço foi prestado de forma contínua, pois isso é uma condição para progressão por tempo de serviço.
 - (C) dentre outros pontos, o ato está correto na parte em que impede a incorporação do adicional à remuneração do servidor, pois a legislação impede que o aumento concedido seja utilizado como base para majorações ulteriores.
 - (D) o ato administrativo está equivocado, pois a Lei em questão não contempla hipótese de progressão por tempo de serviço, na medida em que o legislador municipal rechaçou a possibilidade de se conceder adicionais automáticos.
 - (E) o ato administrativo, dentre outros motivos, está equivocado, pois o servidor apenas fará jus ao adicional a cada dois anos de efetivo exercício, e se obtiver nota maior do que sete na avaliação anual de desempenho.
70. De acordo com a Lei Complementar nº 11/1991, o retorno do servidor ao cargo anteriormente ocupado, em função de sua inabilitação em estágio probatório decorrente de nomeação em cargo público, corresponde
- (A) à nomeação.
 - (B) ao aproveitamento.
 - (C) à recondução.
 - (D) à reintegração.
 - (E) à reversão.

